

CLASSIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO "GAZETA DO INTERIOR"

(Aprovada na reunião plenária de 03.OUT.01)

1 - O Instituto da Comunicação Social solicitou à Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS), em 6 de Abril de 2001, ao abrigo do disposto na alínea o) do artigo 4º da Lei nº 43/98, de 6 de Agosto (Lei da AACS), a classificação da publicação periódica "Gazeta do Interior".

Em anexo a este ofício são remetidas cópias dos seguintes documentos:

1.1 - Declaração do Director da publicação de que esta é posta à venda nas bancas de todo o distrito de Castelo Branco e é remetida por assinatura para todo o território nacional e para os seguintes países: Espanha, França, Itália, Suíça, Dinamarca, Noruega, Alemanha, Bélgica, Luxemburgo, Reino Unido, Holanda, Suécia, Macau, Estados Unidos da América, Brasil, S. Tomé e Príncipe, Angola, África do Sul, Austrália, Grécia e Guiné Bissau.

1.2 - Acompanham ainda o mesmo ofício um exemplar das edições nºs 628, 632 e 641 datadas respectivamente, de 28 de Dezembro de 2000, de 25 de Janeiro e de 29 de Março de 2001.

O nº 641 insere, na 8ª página, o seguinte Estatuto Editorial de acordo com o estipulado na Lei de Imprensa, onde entre outros, "*Compromete-se a respeitar os princípios deontológicos da Imprensa, a ética profissional dos jornalistas e a boa fé dos leitores, não perseguindo apenas fins comerciais nem encobrindo ou deturpando a informação.*"

2- Informa o periódico que se edita semanalmente e, de acordo com o nº 1 do artigo 11º Lei de Imprensa (Lei nº 2/99, de 13 de Janeiro), são periódicas "*as publicações editadas em série contínua sem limite definido de duração, sob o mesmo título, abrangendo períodos determinados de tempo*", pelo que é uma publicação periódica.

3 - Ainda a Lei de Imprensa considera publicações portuguesas "*as editadas em qualquer parte do território português (...), sob marca e responsabilidade de editor português*" (...), (artigo 12º). Face à declaração mencionada em 1.1., "*Gazeta do Interior*" é uma publicação portuguesa.

4 - Relativamente ao seu conteúdo, o artigo 13º da mesma Lei, classifica as publicações como doutrinárias ou informativas.

Explicita o nº 1 do referido artigo que as publicações doutrinárias são "*aquelas que, pelo seu conteúdo ou perspectiva de abordagem, visem predominantemente divulgar qualquer ideologia ou credo religioso*".

5697

Acrescenta o nº 2 deste artigo que são informativas “as que visem predominantemente a difusão de informação ou notícias”.

Refere ainda o nº 3 do mesmo artigo que são de informação geral as publicações “que tenham por objecto predominante a divulgação de notícias ou informações de carácter não especializado” e o nº 4 que são de informação especializada “as que se ocupem predominantemente de uma matéria, designadamente científica, literária, artística ou desportiva.

A partir dos exemplares disponibilizados pelo ICS a esta Alta Autoridade, pode verificar-se que, pelo tipo de assuntos tratados em artigos, reportagens e entrevistas, a publicação periódica “Gazeta do Interior” apresenta características de informação geral.

5 - Quanto à expansão, o artigo 14º da Lei de Imprensa define como publicações de âmbito nacional “as que, tratando predominantemente temas de interesse nacional ou internacional, se destinem a ser postas à venda na generalidade do território nacional”, (nº 1), publicações de âmbito regional “as que, pelo seu conteúdo e distribuição, se destinem predominantemente às comunidades regionais e locais” (nº 2) e publicações destinadas às comunidades portuguesas no estrangeiro, “as que, sendo portuguesas nos termos do artigo 12º, se ocupem predominantemente de assuntos a elas respeitantes” (nº3).

Dado o âmbito da sua difusão, considera-se que “Gazeta do Interior” é uma publicação de âmbito regional.

6 - Assim, de acordo com o disposto na alínea o) do artigo 4º da Lei nº 43/98, de 6 de Agosto, e ao abrigo das citadas disposições conjugadas da Lei de Imprensa, a Alta Autoridade para a Comunicação Social delibera classificar “Gazeta do Interior” como publicação periódica, portuguesa, de informação geral e âmbito regional.

Esta classificação foi aprovada por unanimidade com votos de Fátima Resende (Relatora), Armando Torres Paulo (Presidente), Artur Portela, Sebastião Lima Rego, José Garibaldi, Amândio de Oliveira, Carlos Veiga Pereira e José Manuel Mendes.

Alta Autoridade para a Comunicação Social em 03 de Outubro de 2001.

O Presidente

Armando Torres Paulo

Armando Torres Paulo
Juiz-Conselheiro

FR-IV/AMP